

PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 013/2019

PROCESSO N.º: 0001833-14/01

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Alto Alegre

CNPJ: 04.056.206/0001-94

OBJETIVO: Análise e julgamento de primeira instância de infração ambiental.

AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 0001568

SANÇÕES: Multa Simples.

EMENTA: Lançar resíduos sólidos *in natura* a céu aberto, caracterizando a formação de lixão, no município de Alto Alegre, nas coordenadas geográficas de Latitude 02° 55' 51,0"e Longitude W 061° 24'18 (Auto de Infração n.º 0001568).

I – RELATÓRIO DOS FATOS

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do **Auto de Infração nº 0001568** lavrado com fundamento no art. 70, *caput*, da Lei Nº 9.605/98 e art. 3º inciso II c/c Art. 62, X do Decreto Nº 6.514/2008; por lançar resíduos sólidos *in natura* a céu aberto, caracterizando a formação de lixão, no município de Alto Alegre.

O supracitado auto de infração teve origem mediante ação de fiscalização ambiental para atender Ofícios do Ministério Público, Delegacia de Proteção do Meio Ambiente e denúncias feitas referentes a crimes ambientais protocolados na Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMARH, conforme Relatório Ambiental n 158/14 (fl. 03 a 09).

Ao se deslocarem ao local da infração (município de Alto Alegre), na data de 02/12/2014, os analistas ambientais fiscais certificaram a existência do lançamento de resíduos sólidos *in natura* a céu aberto em área de 0,43 hectares, além disso, constatou-se um buraco com dimensões aproximadas de 5m x 7m x 4m, nas coordenadas geográficas: Latitude 02° 55' 51,0"e Longitude W 061° 24'18,1".

Pela prática da infração supramencionada fora aplicada a penalidade de multa simples no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, conforme o Auto de Infração nº **0001568**.

Verificou-se que não houve o pagamento da multa, até a data de 10/10/2019, de acordo com a Certidão Positiva de Débitos (fl.20). Assim como, não foi apresentado nenhum relatório técnico ou recurso administração por parte da instituição autuada.

Prosseguindo com a fase de instrução, esta Câmara Única de Autoridade Julgadora – CUAJ procedeu à abertura do prazo para alegações finais. Fato caracterizado pela publicação no DOERR, edição nº 3584, datado em 16 de outubro de 2019, no qual, o autuado não se manifestou.

É o relatório.

II – INSTRUÇÃO EM SÍNTESE

Constatou-se nos autos o MEMO Nº 428/2014/DFA/DMCA/FEMARH (fl.02); Relatório Ambiental Nº 158/14 (fls. 03 a 09); Auto de Infração Nº 0001568 (fl.10); Certidão Positiva de Débitos (fl. 20); MEMO Nº 20/2019/COMISSÃO DE AUTORIDADE JULGADORA/FEMARH/RR – Publicação para manifestação de alegações finais (fl. 24); dentre outros.

III – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- **Constituição Federal de 1988;**
- **Lei nº. 9.605/1998-** Lei dos Crimes Ambientais;
- **Decreto nº. 6.514/2008-** Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e do seu processo administrativo federal;
- **Lei 12.651/2012-** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- **Instrução Normativa FEMARH nº 006 de 16 de Outubro de 2019** – Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviço de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito de atuação da FEMARH.

IV – ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO/DEFESA

Não houve recurso.

V – REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

De acordo com o art. 143, §1º, do Decreto Nº 6.514/2008, independente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causada.

Posto isso, caberá ao infrator proceder à reparação do dano ambiental da área afetada mediante acompanhamento e crivo da Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental – DMCA/FEMARH/RR.

VI – ENCAMINHAMENTO

Remeta-se o devido processo, com base nos fundamentos do presente parecer, à Presidência para as devidas providências quando a **publicação** e **notificação**, para regular direito de interposição de recursos a luz IN 06/2019.

VII – CONCLUSÃO

Com base na análise dos documentos encartados que delinearão os fatos, e ao verificar que os autos de infrações revestem-se das formalidades a eles inerentes à luz da Lei Federal nº 9.605/2008, art. 70, 1º§ c/c Lei Estadual nº 537/2006. Art.11, inciso I, com descrições objetivas e claras das infrações, resta evidente que os agentes públicos agiram em perfeita harmonia com os ditames legais preceituados na legislação vigente, conforme se verificou no Auto de Infração 0001568. Entendo:

- a) Por manter a sanção da multa simples aplicada no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, pelos seus próprios fundamentos legais.
- b) Que o valor da multa simples dos **Auto de Infração nº 0001568** seja atualizado pelo setor de contabilidade, de acordo com a Lei Nº 8.005/1990.
- c) Seja o autuado notificado via AR, e/ou outro meio de notificação legal para ciência da Decisão. (Art.126 do Decreto nº 6.514/2008).
- d) Após ciência, com a devida juntada do comprovante do AR, ou outro meio legal de notificação/ciência, o autuado poderá pagar o valor da multa no prazo de 5 (cinco) dias, com o desconto legal de 30%, com incidência de juros, mora e correção monetária. (Art. 126, Parágrafo único, do Decreto nº 6.514/2008).
- e) Caso o autuado não pague o valor da multa com 30% de desconto no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência da decisão no processo, poderá apresentar RECURSO a autoridade superior, no prazo de **20 (vinte) dias**. (Art.127 do Decreto nº 6.514/2008).
- f) Por fim, não efetuando o pagamento no período acima estipulado nem apresentando recurso, **CERTIFICAR O TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO** da decisão da 1ª Instância e proceder com os trâmites legais para a **INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA**.

Publique-se, notifique-se por AR e demais providencias.

É o parecer. S.M.J.

Boa Vista, 06 de DEZEMBRO de 2019.

ROBSON MARQUES TORQUATO
Presidente CUAJ/ Matrícula: 042098786